Decisão 23/CP.7

Diretrizes para revisão no âmbito do Artigo 8 do Protocolo de Quioto

A Conferência das Partes,

Lembrando suas decisões 1/CP.3, 1/CP.4, 8/CP.4 6/CP.5 e 5/CP.6 contendo os Acordos de Bonn sobre a implementação do Plano de Ação de Buenos Aires,

Observando as disposições pertinentes do Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em particular seu Artigo 8,

Lembrando suas decisões 6/CP.3 e 11/CP.4 e a utilidade das compilações e sínteses passadas das comunicações nacionais,

1. *Recomenda* que a Conferência das Partes, na qualidade de reunião das Partes do Protocolo de Quioto, em sua primeira sessão, adote a decisão preliminar -/CMP.1 (*Artigo 8*) abaixo;

2. *Requisita* ao Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico (SBSTA), em sua décima sétima sessão, que detalhe as características do treinamento pertinente, a avaliação subsequente após a conclusão do treinamento e/ou quaisquer outros meios de que se necessite para assegurar a competência necessária dos especialistas para participar das equipes revisoras de especialistas e que encaminhe qualquer decisão preliminar sobre esse assunto à Conferência das Partes em sua oitava sessão, com vistas a recomendá-la para adoção da Conferência das Partes, na qualidade de reunião das Partes do Protocolo de Quioto, em sua primeira sessão após a entrada em vigor do Protocolo de Quioto;

3. *Convida* as Partes a submeter seus pontos de vista ao secretariado sobre as questões mencionadas no parágrafo 2 acima, até 15 de setembro de 2002, e requisita ao secretariado que compile esses pontos de vista em um documento miscelânea para consideração do SBSTA em sua décima sétima sessão;

4. *Requisita* ao SBSTA, em sua décima sétima sessão, que detalhe os termos de serviço dos revisores principais das equipes revisoras de especialistas e encaminhe qualquer decisão preliminar sobre esse assunto à Conferência das Partes em sua oitava sessão, com vistas a recomendá-la para adoção da Conferência das Partes, na qualidade de reunião das Partes do Protocolo de Quioto, em sua primeira sessão após a entrada em vigor do Protocolo de Quioto;

5. *Convida* as Partes a submeter seus pontos de vista ao secretariado sobre as questões mencionadas no parágrafo 4 acima, até 1º de julho de 2002, e requisita ao secretariado que compile esses pontos de vista em um documento miscelânea para consideração do SBSTA em sua décima sétima sessão.

6. *Requisita* ao secretariado que elabore um documento contendo as diferentes opções de termos de serviço para os revisores principais das equipes revisoras

de especialistas, inclusive as implicações financeiras e os arranjos de trabalho, para consideração do SBSTA em sua décima sétima sessão;

7. *Requisita* ao SBSTA, em sua décima sétima sessão, que considere as opções para o tratamento dos dados confidenciais durante as atividades de revisão no âmbito do Artigo 8 do Protocolo de Quioto, com vistas a recomendar à Conferência das Partes, em sua oitava sessão, uma decisão sobre esse assunto para adoção da Conferência das Partes, na qualidade de reunião das Partes do Protocolo de Quioto, em sua primeira sessão após a entrada em vigor do Protocolo de Quioto;

8. *Requisita* ao secretariado que elabore um documento contendo uma análise das práticas de outros órgãos e organizações estabelecidos mediante tratados internacionais sobre o tratamento das informações confidenciais, para consideração do SBSTA em sua décima sexta sessão;

9. *Convida* as Partes a submeter seus pontos de vista sobre a questão da confidencialidade mencionada no parágrafo 7 acima, até 1º de agosto de 2002;

10. *Decide* que deve haver um procedimento agilizado para a revisão do restabelecimento da elegibilidade de uma Parte incluída no Anexo I para usar os mecanismos estabelecidos no âmbito dos Artigos 6, 12 e 17 do Protocolo de Quioto;

11. *Reconhece* os elementos do procedimento agilizado para a revisão do restabelecimento da elegibilidade para usar os mecanismos incluídos no apêndice II da presente decisão;

12. *Convida* as Partes a submeter seus pontos de vista ao secretariado sobre as questões mencionadas no parágrafo 10 acima, até 15 de março de 2002;

13. *Requisita* ao SBSTA, em sua décima sexta sessão, que detalhe a parte III (Revisão das informações sobre quantidades atribuídas) e a parte V (Revisão dos registros nacionais) das diretrizes para revisão no âmbito do Artigo 8 do Protocolo de Quioto, conforme consta no apêndice I da presente decisão, e quaisquer outras questões adicionais decididas pelo SBSTA. *Requisita* também ao SBSTA, em sua décima sexta sessão, que detalhe os procedimentos, os prazos e o relato para a revisão no âmbito do Artigo 8 das informações para o restabelecimento da elegibilidade para usar os mecanismos no âmbito dos Artigos 6, 12 e 17, conforme consta no apêndice II da presente decisão. Ao fazê-lo, o SBSTA deve levar em conta a decisão da Conferência das Partes sobre as modalidades de contabilização das quantidades atribuídas no âmbito do Artigo 7, parágrafo 4 (decisão 19/CP.7). O SBSTA deve detalhar as seções mencionadas acima com vistas a recomendar à Conferência das Partes, em sua oitava sessão, uma decisão incorporando essas seções nas diretrizes para revisão no âmbito do Artigo 8 do Protocolo de Quioto (decisão 23/CP.7) para adoção da Conferência das Partes, na qualidade de reunião das Partes do Protocolo de Quioto, em sua primeira sessão após a entrada em vigor do Protocolo de Quioto.

*8ª reunião plenária
10 de novembro de 2001*

Apêndice I

PARTE III: REVISÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE AS QUANTIDADES ATRIBUÍDAS EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 3, PARÁGRAFOS 7 e 8, UNIDADES DE REDUÇÃO DE EMISSÃO, REDUÇÕES CERTIFICADAS DE EMISSÃO, UNIDADES DE QUANTIDADE ATRIBUÍDA E UNIDADES DE REMOÇÃO

A. Propósito

1. O propósito desta revisão é assegurar que a COP/MOP e o Comitê de Cumprimento disponham de informações adequadas sobre as quantidades atribuídas em conformidade com o Artigo 3, parágrafos 7 e 8, UREs, RCEs, UQAs e URM.

B. Procedimentos gerais

2. A revisão das informações sobre as quantidades atribuídas em conformidade com o Artigo 3, parágrafos 7 e 8, UREs, RCEs, UQAs e URM, deve realizar-se concomitantemente com a revisão anual do inventário.

3. A equipe revisora de especialistas deve rever as informações em um exercício centralizado de escritório.

C. Escopo da revisão

4. A revisão das informações sobre quantidades atribuídas deve cobrir o cálculo por cada Parte incluída no Anexo I de sua quantidade atribuída em conformidade com o Artigo 3, parágrafos 7 e 8, e as informações relatadas de acordo com a seção I.E, “Informações sobre as unidades de redução de emissão, reduções certificadas de emissão, unidades de quantidade atribuída e unidades de remoção”, das diretrizes para a elaboração das informações no âmbito do Artigo 7 (decisão 22/CP.7, apêndice).

1. Identificação de problemas

5. A equipe revisora de especialistas deve:

(a) Checar se as informações estão completas e se foram submetidas de acordo com a seção I das diretrizes para a elaboração das informações requisitadas no âmbito do Artigo 7 e as decisões pertinentes da COP e da COP/MOP;

(b) Checar se a quantidade atribuída em conformidade com o Artigo 3, parágrafos 7 e 8, está calculada de acordo com as modalidades para a contabilização das quantidades atribuídas no âmbito do Artigo 7, parágrafo 4, se é consistente com as estimativas revisadas e ajustadas do inventário, com as informações submetidas nos anos anteriores e se é emitida no registro nacional em conformidade com as modalidades para a contabilização das quantidades atribuídas no âmbito do Artigo 7, parágrafo 4;

(c) Checar se as UREs, RCEs, UQAs e URM são emitidas e canceladas de acordo com as modalidades para a contabilização das quantidades atribuídas no âmbito do

Artigo 7, parágrafo 4, e se são consistentes com as estimativas revisadas e ajustadas dos inventários;

(d) Realizar a checagem cruzada das informações sobre transferências e aquisições, inclusive para os fins de cancelamento e resgate, bem como sobre transferências para o período de compromisso subsequente, e destacar qualquer discrepância;

(e) Checar se o nível requisitado da reserva de período de compromisso, conforme relatado, está calculado de acordo com a decisão 18/CP.7;

(f) Checar se o nível requisitado da reserva de período de compromisso não foi infringido em nenhum momento.

D. Prazos

6. Durante a revisão, a equipe revisora de especialistas deve identificar os problemas e notificá-los à Parte. A Parte incluída no Anexo I pode corrigir os problemas ou fornecer informações adicionais dentro do prazo estabelecido nas diretrizes (parágrafos 72 a 78), contidas no anexo à decisão -/CMP.1 (*Artigo 8*), em anexo.

E. Relato

7. Os seguintes elementos específicos devem ser incluídos nos relatórios mencionados nos parágrafos 46 (a) e (b) do anexo à decisão -/CMP.1 (*Artigo 8*), em anexo:

(a) Identificação dos problemas de acordo com as categorias listadas no parágrafo 5 do presente apêndice;

(b) Para cada problema, uma indicação quantitativa da magnitude da parte da quantidade atribuída afetada pelo problema, expressa como uma porcentagem da quantidade atribuída, em conformidade com o Artigo 3, parágrafos 7 e 8.

PARTE V: REVISÃO DOS REGISTROS NACIONAIS

A. Propósito

8. O propósito da revisão dos registros nacionais é:

(a) Fornecer uma avaliação técnica completa e abrangente da capacidade de um registro nacional;

(b) Avaliar em que medida os requisitos de registro contidos nas modalidades para a contabilização das quantidades atribuídas no âmbito do Artigo 7, parágrafo 4, foram atendidos e prestar assistência às Partes incluídas no Anexo I para atender seus compromissos;

(c) Fornecer à COP/MOP e ao Comitê de Cumprimento informações confiáveis sobre os registros nacionais.

B. Procedimentos gerais

9. A revisão dos registros nacionais deve realizar-se em duas partes:

(a) Uma revisão completa do registro nacional, como parte da revisão anterior ao período de compromisso e de sua visita ao país;

(b) Uma revisão centralizada ou de escritório de quaisquer mudanças relatadas no registro nacional e que o foram desde a primeira revisão completa, conduzida concomitantemente com a revisão anual do inventário.

C. Escopo da revisão

1. Revisão no país

10. A equipe revisora de especialistas deve conduzir uma revisão completa e abrangente do registro nacional de cada Parte incluída no Anexo I. A revisão do registro nacional deve cobrir a medida em que são observados os requisitos de registro contidos nas modalidades para a contabilização das quantidades atribuídas no âmbito do Artigo 7, parágrafo 4, e os padrões técnicos com o fim de assegurar uma troca de dados acurada, transparente e eficiente entre os registros nacionais, o registro do mecanismo de desenvolvimento limpo e o *log* de transações independente.

2. Revisão das mudanças nos registros nacionais

11. Quaisquer mudanças significativas no registro nacional relatadas pelas Partes incluídas no Anexo I ou identificadas pela equipe revisora de especialistas durante a visita ao país que possam afetar o desempenho do registro devem ser revisadas anualmente junto com a revisão anual do inventário.

3. Identificação de problemas

12. A equipe revisora de especialistas deve, *inter alia*:

(a) Checar se as informações sobre os registros nacionais estão completas e se foram submetidas de acordo com a seção I das diretrizes para a elaboração das informações requisitadas no âmbito do Artigo 7, e com as decisões pertinentes da COP e da COP/MOP;

(b) Checar se o registro está de acordo com os padrões técnicos com a finalidade de assegurar uma troca de dados acurada, transparente e eficiente entre os registros nacionais, o registro de desenvolvimento limpo e o *log* de transações independente;

(c) Checar se a emissão e o cancelamento de unidades está de acordo com as modalidades para a contabilização das quantidades atribuídas no âmbito do Artigo 7, parágrafo 4;

(d) Checar se os procedimentos de transação, inclusive aqueles relacionados com o *log* de transações, estão de acordo com as modalidades de contabilização das quantidades atribuídas no âmbito do Artigo 7, parágrafo 4;

(e) Checar os procedimentos para evitar discrepâncias na emissão, transferência, aquisição, no cancelamento e resgate de UREs, RCEs, UQAs e URM's;

(f) Checar as medidas de segurança para deter manipulações não-autorizadas e minimizar os erros do operador;

(g) Checar se as informações estão publicamente disponíveis de acordo com as modalidades para a contabilização das quantidades atribuídas no âmbito do Artigo 7, parágrafo 4;

D. Prazos

13. Durante o processo da visita ao país, a equipe revisora de especialistas deve listar todos os problemas identificados e deve notificar a Parte incluída no Anexo I, no prazo de até seis semanas após a visita, sobre os problemas identificados. A Parte incluída no Anexo I deve comentar sobre esses problemas no prazo de até seis semanas após a notificação. A equipe revisora de especialistas deve elaborar um relatório preliminar de revisão sobre o registro nacional, no prazo de seis semanas a partir do recebimento dos comentários sobre as questões formuladas. Quaisquer correções, informações adicionais ou comentários sobre o relatório preliminar recebidos da Parte incluída no Anexo I no prazo de quatro semanas após o envio do relatório a essa Parte devem estar sujeitos a revisão e ser incluídos no relatório final de revisão do inventário. A equipe revisora de especialistas deve elaborar um relatório final sobre a revisão do registro nacional no prazo de quatro semanas a partir do recebimento dos comentários sobre o relatório preliminar. A revisão do registro nacional deve ser concluída no prazo de um ano a partir da data de submissão das informações.

14. A revisão das mudanças no registro nacional deve seguir o cronograma para a revisão dos inventários anuais definido na Parte II destas diretrizes. Caso a revisão anual do inventário ou a revisão das mudanças no registro nacional recomendem uma revisão aprofundada do registro nacional, a revisão do inventário dos registros nacionais deve ser conduzida juntamente com a subsequente revisão no país do inventário anual ou da comunicação nacional periódica, o que for anterior.

E. Relato

15. Os seguintes elementos específicos devem ser incluídos nos relatórios mencionados no parágrafo 46 (a) e (b) do anexo à decisão -/CMP.1 (*Artigo 8*), em anexo:

(h) Identificação de problemas de acordo com as categorias listadas no parágrafo 12 acima;

(i) Uma avaliação do funcionamento geral do registro nacional.

Apêndice II

Revisão para o restabelecimento da elegibilidade para usar os mecanismos¹

1. A finalidade da revisão para o restabelecimento da elegibilidade de uma Parte incluída no Anexo I da Convenção para usar o mecanismo estabelecido no âmbito dos Artigos 6, 12 e 17 é:

(a) Fornecer um procedimento agilizado para o restabelecimento de uma Parte incluída no Anexo I da Convenção que possa demonstrar que ela não está mais deixando de atender os requisitos de elegibilidade no âmbito dos Artigos 6, 12 e 17;

(b) Fornecer uma avaliação objetiva, transparente, completa e abrangente das informações fornecidas por uma Parte sobre as questões dos Artigos 5 e 7 que levaram à suspensão de sua elegibilidade para usar os mecanismos;

(c) Assegurar que o ramo coercitivo tenha informações confiáveis para considerar a elegibilidade das Partes para usar os mecanismos.

2. Qualquer Parte incluída no Anexo I cuja elegibilidade para usar os mecanismos tenha sido suspensa pode, em qualquer momento após a suspensão, submeter informações sobre a questão que levou à suspensão da elegibilidade. Essas informações devem ser revisadas rapidamente de acordo com as disposições pertinentes das partes II, III, IV e/ou V destas diretrizes.

3. Para os fins dessa revisão para o restabelecimento, aplicar-se-ão os seguintes prazos:

(a) A equipe revisora de especialistas deve elaborar um relatório preliminar de revisão agilizado no prazo de [x] semanas a partir do recebimento das informações da Parte em questão;

(b) Deve ser concedido à Parte [y] semanas para comentar o relatório preliminar de revisão agilizado;

(c) A equipe revisora de especialistas deve elaborar um relatório final de revisão agilizado no prazo de [z] semanas a partir do recebimento dos comentários sobre o relatório preliminar;

(d) A revisão deve ser concluída tão logo seja praticável, com o intuito de concluí-la no prazo máximo de 10 semanas após a equipe revisora de especialistas ter sido formada e dado início à consideração das informações da Parte.

¹ Foi proposto que o presente texto seria incluído na seção D da parte I das diretrizes preliminares para revisão no âmbito do Artigo 8 do Protocolo de Quioto contidas no anexo à decisão -/CMP.1 em anexo.

Decisão preliminar -/CMP.1 (Artigo 8)

Diretrizes para revisão no âmbito do Artigo 8 do Protocolo de Quioto

A Conferência das Partes, na qualidade de reunião das Partes do Protocolo de Quioto,

Lembrando o Artigo 8 do Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima,

Tendo considerado a decisão 23/CP.7, adotada pela Conferência das Partes em sua sétima sessão,

Reconhecendo a importância do processo de revisão no âmbito do Artigo 8 para a implementação de outras disposições do Protocolo de Quioto,

1. *Adota as diretrizes para revisão no âmbito do Artigo 8 do Protocolo de Quioto conforme consta no anexo à presente decisão;*
2. *Decide que para cada Parte incluída no Anexo I a revisão antes do primeiro período de compromisso deve ser iniciada mediante o recebimento do relatório conforme mencionado no parágrafo 6 do anexo à decisão -/CMP.1 (Modalidades para a contabilização das quantidades atribuídas) em anexo à decisão 19/CP.7. A revisão antes do período de compromisso para cada Parte, incluindo os procedimentos para ajustes no âmbito do Artigo 5, parágrafo 2, entre a equipe revisora de especialistas e a Parte, deve ser concluída no prazo de 12 meses a partir do início da revisão e um relatório deve ser encaminhado rapidamente à Conferência das Partes, na qualidade de reunião das Partes do Protocolo de Quioto, e ao Comitê de Cumprimento. Conhecimentos especializados e recursos adicionais devem ser fornecidos para assegurar a qualidade da revisão nos casos em que a revisão tem que ocorrer para várias Partes ao mesmo tempo;*
3. *Decide iniciar a revisão periódica para cada Parte incluída no Anexo I quando elas submeterem sua primeira comunicação nacional no âmbito do Protocolo de Quioto;*
4. *Decide iniciar a revisão anual para cada Parte incluída no Anexo I no ano em que a Parte comece o relato no âmbito do Artigo 7, parágrafo 1;*
5. *Decide iniciar a revisão anual no ano seguinte à submissão do relatório mencionado no parágrafo 6 do anexo à decisão -/CMP.1 (Modalidades para a contabilização das quantidades atribuídas) em anexo à decisão 19/CP.7 para as Partes incluídas no Anexo I que iniciaram o relato de informações no âmbito do Artigo 7, parágrafo 1, em base voluntária antes do requisitado no âmbito do Artigo 7, parágrafo 3;*
6. *Convida as Partes que optem por submeter informações para revisão antes de janeiro de 2007 a notificar o secretariado na primeira oportunidade a fim de facilitar o estabelecimento tempestivo das equipes revisoras de especialistas.*

ANEXO

Diretrizes para revisão no âmbito do Artigo 8 do Protocolo de Quioto¹

PARTE I: ABORDAGEM GERAL DA REVISÃO

A. Aplicabilidade

1. Cada Parte incluída no Anexo I que também seja Parte do Protocolo estará sujeita a revisão das informações submetidas no âmbito do Artigo 7 de acordo com as disposições destas diretrizes. Para essas Partes, o processo de revisão estabelecido no âmbito destas diretrizes deve abranger qualquer revisão existente no âmbito da Convenção.

B. Objetivos

2. Os objetivos da revisão no âmbito do Artigo 8 do Protocolo de Quioto são:

(a) Estabelecer um processo para uma avaliação técnica completa, objetiva e abrangente de todos os aspectos da implementação do Protocolo de Quioto pelas Partes incluídas no Anexo I;

(b) Promover consistência e transparência na revisão das informações submetidas pelas Partes incluídas no Anexo I no âmbito do Artigo 7 do Protocolo de Quioto;

(c) Prestar assistência às Partes incluídas no Anexo I para melhorar o seu relato de informações no âmbito do Artigo 7 e a implementação de seus compromissos no âmbito do Protocolo;

(d) Fornecer à Conferência das Partes, na qualidade de reunião das Partes do Protocolo de Quioto (COP/MOP), e ao Comitê de Cumprimento, uma avaliação técnica da implementação do Protocolo de Quioto pelas Partes incluídas no Anexo I.

C. Abordagem geral

3. As disposições destas diretrizes aplicar-se-ão à revisão das informações submetidas pelas Partes incluídas no Anexo I no âmbito do Artigo 7, das decisões pertinentes da COP/MOP e decisões pertinentes da Conferência das Partes (COP) específicas às Partes incluídas no Anexo I.

4. A equipe revisora de especialistas deve fornecer uma avaliação técnica completa e abrangente de todos os aspectos da implementação do Protocolo de Quioto por uma Parte e identificar quaisquer problemas potenciais e fatores que possam estar influenciando o atendimento dos compromissos. A equipe revisora de especialistas deve conduzir revisões técnicas para fornecer informações prontamente à COP/MOP e ao Comitê de Cumprimento de acordo com os procedimentos nestas diretrizes.

¹ “Artigo”, nestas diretrizes, refere-se a um artigo do Protocolo de Quioto, a menos que especificado de outra forma.

5. Em qualquer etapa do processo de revisão, as equipes revisoras de especialistas podem fazer perguntas ou requisitar informações adicionais ou esclarecedoras às Partes incluídas no Anexo I sobre um problema potencial identificado pela equipe. A equipe revisora de especialistas deve oferecer assessoramento às Partes incluídas no Anexo I sobre como corrigir os problemas que ela identificou, levando em conta as circunstâncias nacionais da Parte. A equipe revisora de especialistas também deve fornecer assessoramento técnico à COP/MOP ou ao Comitê de Cumprimento, mediante solicitação.

6. As Partes incluídas no Anexo I devem fornecer às equipes revisoras de especialistas acesso às informações necessárias para substanciar e esclarecer a implementação de seus compromissos no âmbito do Protocolo de Quioto, de acordo com as diretrizes pertinentes adotadas pela COP e/ou COP/MOP e, durante as visitas aos países, também devem fornecer condições apropriadas de trabalho. As Partes incluídas no Anexo I devem envidar todos os esforços razoáveis para responder a todas as perguntas da equipe revisora de especialistas e requisições de informações esclarecedoras adicionais relacionadas com os problemas identificados e corrigir tais problemas dentro dos prazos estabelecidos nestas diretrizes.

1. Questões de implementação

7. Se a equipe revisora de especialistas identificar problemas potenciais durante a revisão, deve questionar a Parte incluída no Anexo I sobre esses problemas potenciais e oferecer assessoramento à Parte sobre como corrigi-los. A Parte pode corrigir os problemas ou fornecer informações adicionais no prazo estabelecido nestas diretrizes. Subseqüentemente, uma versão preliminar de cada relatório de revisão deve ser encaminhada à Parte sujeita a revisão para comentários.

8. Apenas se um problema não solucionado em relação ao texto de natureza obrigatória nestas diretrizes que influencie o atendimento dos compromissos ainda existir após a Parte incluída no Anexo I ter tido oportunidades de corrigir o problema nos prazos estabelecidos no âmbito dos procedimentos pertinentes de revisão, o problema deve ser listado como uma questão de implementação nos relatórios finais de revisão. Um problema não solucionado em relação ao texto de natureza não-obrigatória nestas diretrizes deve ser anotado no relatório final de revisão, mas não deve ser listado como uma questão de implementação.

2. Confidencialidade

9. Em conformidade com um requisição da equipe revisora de especialistas de dados ou informações adicionais ou acesso aos dados usados na elaboração do inventário, uma Parte incluída no Anexo I pode indicar se tais informações e dados são confidenciais. Em tal caso, a Parte deve fornecer a base para proteger tais informações, inclusive qualquer lei doméstica, e mediante recebimento da garantia de que os dados serão mantidos como confidenciais pela equipe revisora de especialistas, deve submeter os dados confidenciais de acordo com as leis domésticas e de forma que permita à equipe revisora de especialistas ter acesso a informações e dados suficientes para a avaliação de conformidade com as Diretrizes do IPCC, conforme detalhadas pela orientação de boas práticas do IPCC e qualquer orientação de boas práticas adotada pela COP/MOP. Quaisquer informações e dados confidenciais submetidos por uma Parte de acordo com

o presente parágrafo devem ser mantidos como confidenciais pela equipe revisora de especialistas, de acordo com quaisquer decisões sobre esse assunto adotadas pela COP/MOP.

10. A obrigação de um membro da equipe revisora de especialista de não revelar informações confidenciais deve continuar após o término de seu mandato na equipe revisora de especialistas.

D. Prazos e procedimentos

1. Revisão inicial

11. Cada Parte incluída no Anexo I estará sujeita a revisão antes do primeiro período de compromisso ou dentro de um ano após a entrada em vigor do Protocolo de Quioto para essa Parte, o que for posterior.

12. A equipe revisora de especialistas deve rever as seguintes informações contidas ou mencionadas no relatório mencionado no parágrafo 6 do anexo à decisão -/CMP.1 (*Modalidades para a contabilização das quantidades atribuídas*) para cada Parte incluída no Anexo I:

(a) Inventários completos das emissões antrópicas por fontes e remoções antrópicas por sumidouros dos gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal para todos os anos a partir de 1990, ou outro ano ou período de base aprovado no âmbito do Artigo 3, parágrafo 5, até o ano mais recente disponível com ênfase no ano ou período de base, inclusive o ano de base selecionado para hidrofluorcarbonos, perfluorcarbonos e hexafluoreto de enxofre de acordo com o Artigo 3, parágrafo 8, e o ano mais recente, para verificar conformidade com o Artigo 5, parágrafo 2, de acordo com os procedimentos contidos na parte II destas diretrizes;

(b) O cálculo da quantidade atribuída em conformidade com o Artigo 3, parágrafos 7 e 8, e a reserva de período de compromisso, para verificar conformidade com as modalidades para a contabilização das quantidades atribuídas no âmbito do Artigo 7, parágrafo 4, de acordo com os procedimentos contidos na parte III destas diretrizes;

(c) O sistema nacional em conformidade com o Artigo 5, parágrafo 1, de acordo com os procedimentos contidos na parte IV destas diretrizes;

(d) O registro nacional em conformidade com o Artigo 7, parágrafo 4, de acordo com os procedimentos contidos na parte V destas diretrizes.

13. A primeira comunicação nacional devida no âmbito da Convenção após a entrada em vigor do Protocolo para essa Parte deve ser revisada antes do primeiro período de compromisso de acordo com as disposições do parágrafo 19 abaixo.²

² Esse será o caso se essa comunicação nacional for submetida antes do primeiro período de compromisso.

14. Para cada Parte incluída no Anexo I, os elementos especificados no parágrafo 12 (a) a 12 (d) acima devem ser revisados concomitantemente. Uma visita ao país deve ser conduzida como parte dessa revisão.

2. Revisão anual

15. Cada Parte incluída no Anexo I estará sujeita a uma revisão anual do seguinte:

(a) O inventário anual, incluindo o relatório do inventário nacional e o formato comum de relatório, para verificar conformidade com o Artigo 5, parágrafo 2, de acordo com os procedimentos contidos na parte II destas diretrizes;

(b) As seguintes informações suplementares, de acordo com as diretrizes para a elaboração das informações requisitadas no âmbito do Artigo 7, seção I:

(i) Informações fornecidas durante o período de compromisso para as atividades de uso da terra, mudança no uso da terra e florestas no âmbito do Artigo 3, parágrafos 3 e 4, para verificar conformidade com os requisitos das decisões pertinentes da COP/MOP, de acordo com os procedimentos contidos na parte II destas diretrizes;

(ii) Informações sobre as quantidades atribuídas em conformidade com o Artigo 3, parágrafos 7 e 8, unidades de redução de emissão, reduções certificadas de emissão, unidades de quantidade atribuída e unidades de remoção, de acordo com os procedimentos contidos na parte III destas diretrizes;

(iii) Mudanças nos sistemas nacionais de acordo com os procedimentos contidos na parte IV destas diretrizes;

(iv) Mudanças nos registros nacionais de acordo com os procedimentos contidos na parte V destas diretrizes;

(v) Informações fornecidas sobre as questões relacionadas com o Artigo 3, parágrafo 14, e informações suplementares de acordo com os procedimentos contidos na parte VI destas diretrizes.

16. A revisão anual, inclusive os procedimentos de ajuste como parte da revisão anual do inventário ou do ano de base, deve ser concluída no prazo de um ano a partir da data de submissão das informações a serem relatadas no âmbito do Artigo 7, parágrafo 1.

17. Os elementos especificados no parágrafo 15 (b) (iii) e (iv) acima estarão sujeitos a revisão como parte da revisão anual apenas se problemas ou mudanças significativas tiverem sido identificados por uma equipe revisora de especialistas ou se a Parte incluída no Anexo I relatar mudanças significativas em seu relatório de inventário, conforme definido nos parágrafos 89 e ..³ destas diretrizes.

³ Refere-se ao parágrafo 11 da seção V no apêndice I da decisão 23/CP.7. O número desse parágrafo mudará quando a parte correspondente do apêndice for incorporada às presentes diretrizes.

18. Os elementos descritos no parágrafo 15 acima devem ser revisados conjuntamente para cada Parte incluída no Anexo I por uma única equipe revisora de especialistas.

3. Revisão periódica

19. Cada comunicação nacional submetida no âmbito do Protocolo de Quioto por uma Parte incluída no Anexo I estará sujeita a uma revisão programada no país de acordo com a parte VII destas diretrizes.⁴

E. Equipes revisoras de especialistas e arranjos institucionais

1. Equipes revisoras de especialistas

20. Cada submissão no âmbito do Artigo 7 deve ser atribuída a uma única equipe revisora de especialistas que deve ser responsável por desempenhar a revisão de acordo com os procedimentos e cronogramas estabelecidos nestas diretrizes. Uma submissão de uma Parte incluída no Anexo I não deve ser revisada em dois anos de revisão sucessivos por equipes revisoras de especialistas com idêntica composição.

21. Cada equipe revisora de especialistas deve fornecer uma avaliação técnica completa e abrangente das informações submetidas no âmbito do Artigo 7 e deve, sob sua responsabilidade coletiva, elaborar um relatório de revisão, avaliando a implementação dos compromissos da Parte incluída no Anexo I e identificando quaisquer problemas potenciais e fatores que influenciem o atendimento dos compromissos. As equipes revisoras de especialistas devem abster-se de fazer qualquer julgamento político. Caso necessário, as equipes revisoras de especialistas devem calcular ajustes de acordo com qualquer orientação no âmbito do Artigo 5, parágrafo 2, adotada pela COP/MOP, em consulta com a Parte interessada.

22. As equipes revisoras de especialistas devem ser coordenadas pelo secretariado e devem ser compostas por especialistas selecionados de maneira *ad hoc* da lista de especialistas da CQNUMC e incluirão revisores principais. As equipes revisoras de especialistas formadas para as tarefas realizadas no âmbito das disposições destas diretrizes podem variar em tamanho e composição, levando em conta as circunstâncias nacionais da Parte sob revisão e os diferentes conhecimentos especializados necessários para cada tarefa de revisão.

23. Os especialistas participantes devem servir com base na sua capacidade pessoal.

⁴ É provável que a quarta comunicação nacional seja a primeira comunicação nacional no âmbito do Protocolo de Quioto e que tal revisão ocorra antes do primeiro período de compromisso: o Artigo 7, parágrafo 3, afirma que cada Parte incluída no Anexo I deve submeter as informações requisitadas no âmbito do Artigo 7, parágrafo 2, como parte da primeira comunicação nacional devida no âmbito da Convenção após a entrada em vigor do Protocolo para ela e após a adoção de diretrizes para a elaboração das informações no âmbito do Artigo 7. Esse artigo também afirma que a COP/MOP deve determinar a frequência de submissão das comunicações nacionais, levando em conta quaisquer cronogramas para a submissão de comunicações nacionais decididos pela COP. A decisão 11/CP.4 requisita às Partes incluídas no Anexo I que submetam uma terceira comunicação nacional até 30 de novembro de 2001 e as comunicações nacionais subsequentes regularmente, em intervalos de três a cinco anos, a ser decidido em uma sessão futura, e requisita que cada uma dessas comunicações nacionais deve estar sujeita a uma revisão aprofundada coordenada pelo secretariado.

24. Os especialistas participantes devem ter competência reconhecida nas áreas a serem revisadas de acordo com estas diretrizes. O treinamento a ser fornecido aos especialistas e a subsequente avaliação após a conclusão do treinamento⁵ e/ou quaisquer outros meios necessários para assegurar a competência exigida dos especialistas para participar das equipes revisoras de especialistas devem ser concebidos e operacionalizados de acordo com as decisões pertinentes da COP e da COP/MOP.

25. Os especialistas selecionados para uma atividade de revisão específica não devem ter cidadania da Parte sob revisão, nem ser nomeados ou financiados por essa Parte.

26. Os especialistas devem ser nomeados pelas Partes da Convenção para a lista de especialistas e, conforme o caso, por organizações intergovernamentais, de acordo com a orientação fornecida para esse fim pela COP.

27. Os especialistas participantes das Partes não incluídas no Anexo I e das Partes incluídas no Anexo I com economias em transição devem ser financiados de acordo com os procedimentos existentes para participação nas atividades da CQNUMC. Os especialistas de outras Partes incluídas no Anexo I devem ser financiados por seus governos.

28. Ao conduzir a revisão, as equipes revisoras de especialistas devem atender estas diretrizes e trabalhar com base nos procedimentos estabelecidos e publicados acordados pelo SBSTA, incluindo disposições de garantia e controle da qualidade e de confidencialidade.

2. Competências

29. As competências requisitadas dos membros das equipes revisoras de especialistas para a revisão anual das informações submetidas no âmbito do Artigo 7, parágrafo 1, são:

(a) Inventários de gases de efeito estufa em setores gerais e/ou específicos (energia, processos industriais, uso de solventes e outros produtos, agricultura, uso da terra, mudança no uso da terra e florestas, e resíduos);

b) Sistemas nacionais, registros nacionais, informações sobre quantidades atribuídas e informações relacionadas com o Artigo 3, parágrafo 14.

30. As competências requisitadas dos membros das equipes revisoras de especialistas para a revisão das comunicações nacionais e das informações suplementares no âmbito do Artigo 7, parágrafo 2, são nas áreas mencionadas no parágrafo 112 (b) e (c) destas diretrizes.

3. Composição das equipes revisoras de especialistas

31. O secretariado deve selecionar os membros das equipes revisoras para revisar as informações anuais submetidas no âmbito do Artigo 7, parágrafo 1, e para revisar as

⁵ Os especialistas que optarem por não participar do treinamento devem submeter-se, com êxito, a uma avaliação similar a fim de que possam ser qualificados para participar das equipes revisoras de especialistas.

comunicações nacionais e informações suplementares no âmbito do Artigo 7, parágrafo 2, de forma que as habilidades coletivas da equipe tratem das áreas mencionadas nos parágrafos 29 e 30 acima, respectivamente.

32. O secretariado deve selecionar os membros das equipes revisoras de especialistas com vistas a alcançar um equilíbrio entre especialistas das Partes do Anexo I e não-Anexo I na composição geral das equipes revisoras de especialistas, sem comprometer os critérios de seleção mencionados no parágrafo 31 acima. O secretariado deve esforçar-se ao máximo para assegurar um equilíbrio geográfico entre os especialistas selecionados das Partes não-Anexo I e entre os especialistas selecionados das Partes do Anexo I.

33. O secretariado deve assegurar que em qualquer equipe revisora de especialistas um co-revisor principal seja de uma Parte incluída no Anexo I e um de uma Parte não incluída no Anexo I.

34. Sem comprometer os critérios de seleção expressos nos parágrafos 31, 32 e 33 acima, a formação das equipes revisoras de especialistas deve assegurar, na medida do possível, que pelo menos um membro seja fluente no idioma da Parte sob revisão.

35. O secretariado deve elaborar um relatório anual para o SBSTA sobre a composição, incluindo a seleção dos especialistas para as equipes revisoras e os revisores principais, e as ações tomadas para assegurar a aplicação dos critérios de seleção expressos nos parágrafos 31 e 32 acima.

4. Revisores principais

36. Os revisores principais devem atuar como co-revisores principais nas equipes revisoras de especialistas no âmbito destas diretrizes.

37. Os revisores principais devem assegurar que as revisões das quais participem sejam realizadas de acordo com as diretrizes de revisão e sejam realizadas de forma consistente em todas as Partes por cada equipe revisora de especialistas. Devem também assegurar a qualidade e objetividade das avaliações técnicas completas e abrangentes nas revisões e promover a continuidade, comparabilidade e tempestividade da revisão.

38. Pode ser oferecido aos revisores principais treinamento adicional àquele mencionado no parágrafo 24 acima para ampliar suas habilidades.

39. Com o apoio administrativo do secretariado, os revisores principais devem, para cada atividade de revisão:

(a) Elaborar um breve plano de trabalho para a atividade de revisão;

(b) Verificar que os revisores dispõem de todas as informações necessárias fornecidas pelo secretariado antes da atividade de revisão;

(c) Monitorar o progresso da atividade de revisão;

(d) Coordenar as perguntas da equipe revisora de especialistas à Parte e coordenar a inclusão das respostas nos relatórios de revisão;

(e) Fornecer assessoramento técnico aos especialistas *ad hoc*, se necessário;

(f) Assegurar que a revisão seja realizada e que o relatório de revisão seja elaborado de acordo com as diretrizes pertinentes; e

(g) Para as revisões de inventário, verificar que a equipe revisora deu prioridade às categorias de fontes individuais para revisão de acordo com as diretrizes.

40. Os revisores principais, coletivamente, também devem:

(a) Elaborar um relatório anual para o SBSTA com sugestões sobre como melhorar o processo de revisão à luz do parágrafo 2 das presentes diretrizes; e

(b) Prestar assessoramento sobre as comparações de dados padronizadas das informações de inventário mencionadas no parágrafo 67 abaixo.

41. Os revisores principais devem conter especialistas das Partes da Convenção nomeados para a lista da CQNUMC pelas Partes, e suas habilidades coletivas devem tratar das áreas mencionadas no parágrafo 29 acima. Durante o período em que as comunicações nacionais e as informações suplementares no âmbito do Artigo 7, parágrafo 2 forem revisadas, especialistas adicionais das Partes da Convenção nomeados para a lista da CQNUMC pelas Partes atuarão como revisores principais, cujas habilidades coletivas relacionem-se com as áreas mencionadas no parágrafo 30 acima.

42. Os revisores principais devem ser designados por um período mínimo de dois anos e um período máximo de três anos para assegurar a continuidade e consistência do processo de revisão. Metade dos revisores principais deve ser designada inicialmente para um mandato de dois anos e a outra metade para um mandato de três anos. Os termos de serviço dos revisores principais para um determinado período de serviço devem ser concebidos e operacionalizados de acordo com as decisões pertinentes da COP e da COP/MOP.

5. Especialistas *ad hoc* de revisão

43. Os especialistas *ad hoc* de revisão devem ser selecionados entre aqueles nomeados pelas Partes ou, excepcionalmente e apenas quando os conhecimentos especializados exigidos pela tarefa não estiverem disponíveis entre eles, das organizações intergovernamentais pertinentes que pertençam à lista de especialistas da CQNUMC para revisões periódicas ou anuais específicas do secretariado. Eles devem realizar tarefas de revisão individuais de acordo com os deveres estabelecidos em sua nomeação.

44. Os especialistas *ad hoc* de revisão devem, conforme necessário, realizar tarefas de revisão no escritório em seus países de origem e participar das visitas aos países, revisões centralizadas e de reuniões de revisão.

6. Orientação do SBSTA

45. O SBSTA deve fornecer orientação geral ao secretariado sobre a seleção de especialistas e a coordenação das equipes revisoras de especialistas e às equipes revisoras de especialistas sobre o processo de revisão dos especialistas. Os relatórios mencionados nos parágrafos 35 e 40 (a) acima têm como objetivo fornecer subsídios ao SBSTA para elaborar tal orientação.

F. Relato e publicação

46. A equipe revisora de especialistas deve, sob sua responsabilidade coletiva, produzir os seguintes relatórios de revisão para cada Parte incluída no Anexo I:

(a) Para a revisão inicial, um relatório sobre a revisão dos elementos descritos nos parágrafo 12 (a) a 12 (d) acima de acordo com as partes II, III, IV e V destas diretrizes;

(b) Para a revisão anual, um relatório da situação após a checagem inicial do inventário anual e um relatório final sobre a revisão anual dos elementos no parágrafo 15 acima de acordo com as partes II, III, IV, V e VI destas diretrizes;

(c) Para a revisão periódica, um relatório sobre a revisão da comunicação nacional de acordo com a parte VII destas diretrizes.

47. Os relatórios de revisão para cada Parte incluída no Anexo I devem seguir um formato e uma estrutura comparáveis ao estabelecido no parágrafo 48 abaixo e devem incluir os elementos específicos descritos nas partes II a VII destas diretrizes.

48. Todos os relatórios finais de revisão elaborados pela equipe revisora de especialistas, com exceção dos relatórios da situação, devem incluir os seguintes elementos:

(a) Uma introdução e um resumo;

(b) Uma descrição da avaliação técnica de cada um dos elementos revisados de acordo com as seções pertinentes sobre o escopo da revisão nas partes II a VII destas diretrizes, inclusive:

(i) Uma descrição de quaisquer problemas potenciais e dos fatores que influenciem o atendimento dos compromissos identificados durante a revisão;

(ii) Quaisquer recomendações feitas pela equipe revisora de especialistas para resolver os problemas potenciais;

(iii) Uma avaliação de quaisquer esforços da Parte incluída no Anexo I para tratar de quaisquer problemas potenciais identificados pela equipe revisora de especialistas durante a revisão atual ou durante as revisões anteriores que não tiverem sido corrigidos;

(iv) Quaisquer questões de implementação dos compromissos no âmbito do Protocolo de Quioto;

(c) Possíveis recomendações da equipe revisora de especialistas sobre a condução da revisão nos anos subseqüentes, incluindo quais Partes podem precisar ser consideradas com mais profundidade;

(d) Informações sobre qualquer outra questão preocupante considerada pertinente pela equipe revisora de especialistas;

(e) As fontes das informações usadas na formulação do relatório final.

49. Após sua conclusão, todos os relatórios finais de revisão, inclusive os relatórios da situação das checagens iniciais dos inventários anuais, devem ser publicados e encaminhados pelo secretariado, juntamente com quaisquer comentários por escrito sobre o relatório final de revisão da Parte que é objeto do relatório, à COP/MOP, ao Comitê de Cumprimento e à Parte envolvida.

PARTE II: REVISÃO DOS INVENTÁRIOS ANUAIS

A. Propósito

50. O propósito da revisão dos inventários anuais das Partes incluídas no Anexo I é:

(a) Fornecer uma avaliação técnica objetiva, consistente, transparente, completa e abrangente dos inventários anuais de emissões antrópicas por fontes e remoções antrópicas por sumidouros dos gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal para verificar conformidade com as Diretrizes Revisadas de 1996 do IPCC para Inventários Nacionais de Gases de Efeito Estufa [*Revised 1996 IPCC Guidelines for National Greenhouse Gas Inventories*]⁶ conforme detalhadas pelo relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) intitulado Orientação de Boas Práticas e Gerenciamento de Incertezas nos Inventários Nacionais de Gases de Efeito Estufa [*Good Practice Guidance and Uncertainty Management in National Greenhouse Gas Inventories*]⁷ e qualquer orientação de boas práticas adotada pela COP/MOP, e com a seção I das diretrizes para a elaboração das informações requisitadas no âmbito do Artigo 7;

(b) Avaliar se os ajustes no âmbito do Artigo 5, parágrafo 2, podem ser necessários e, caso positivo, calcular os ajustes de acordo com as decisões pertinentes da COP/MOP relacionadas com o Artigo 5, parágrafo 2, do Protocolo de Quioto;

(c) Assegurar que a COP/MOP e o Comitê de Cumprimento disponham de informações confiáveis sobre os inventários anuais das emissões antrópicas por fontes e

⁶ Nestas diretrizes, as Diretrizes Revisadas de 1996 do IPCC para Inventários Nacionais de Gases de Efeito Estufa [*Revised 1996 IPCC Guidelines for National Greenhouse Gas Inventories*] são mencionadas como as Diretrizes do IPCC.

⁷ Nestas diretrizes, o relatório do IPCC intitulado Orientação de Boas Práticas e Gerenciamento de Incertezas nos Inventários Nacionais de Gases de Efeito Estufa [*Good Practice Guidance and Uncertainty Management in National Greenhouse Gas Inventories*] é mencionado como a orientação de boas práticas do IPCC.

remoções antrópicas por sumidouros dos gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal de cada Parte incluída no Anexo I.

B. Procedimentos gerais

51. A revisão deve cobrir:

(a) O inventário anual, incluindo o relatório do inventário nacional e o formato comum de relatório;

(b) As informações suplementares no âmbito do Artigo 7, parágrafo 1, incorporadas no inventário nacional da Parte de acordo com a seção I.D, informações dos inventário de gases de efeito estufa, das diretrizes para a elaboração das informações requisitadas no âmbito do Artigo 7.

52. A revisão anual do inventário deve consistir de dois elementos:

(a) Checagem inicial pela equipe revisora de especialistas, com a assistência do secretariado;

(b) Revisão individual do inventário pela equipe revisora de especialistas.

53. A revisão individual do inventário deve ocorrer concomitantemente com a revisão da quantidade atribuída, das mudanças nos sistemas nacionais e mudanças nos registros nacionais, conforme estabelecido na parte I destas diretrizes.

54. O inventário do ano de base deve ser revisado apenas uma vez antes do período de compromisso e ajustado se apropriado.

55. A revisão anual do inventário deve ser conduzida como uma revisão centralizada ou de escritório. Ademais, cada Parte incluída no Anexo I deve estar sujeita a pelo menos uma visita ao país por uma equipe revisora de especialistas durante o período de compromisso como parte de sua revisão anual.

56. As visitas aos países devem ser programadas, planejadas e realizadas com o consentimento da Parte incluída no Anexo I que esteja sujeita à revisão.

57. Nos anos em que uma visita ao país não for programada, uma equipe revisora de especialistas pode requisitar uma visita ao país se acreditar, com base nos resultados da revisão centralizada ou de escritório, que tal visita é necessária para permitir uma investigação mais completa de um problema potencial que a equipe tenha identificado, sujeita ao consentimento da Parte incluída no Anexo I. A equipe revisora de especialistas deve fornecer uma justificativa para a visita adicional ao país e deve compilar uma lista de perguntas e questões a serem abordadas durante a visita ao país a ser enviada à Parte incluída no Anexo I antes da visita. Se tal visita ao país ocorrer, a equipe revisora de especialistas pode recomendar que uma visita programada ao país que esteja pendente não é necessária.

58. Se uma Parte incluída no Anexo I não fornecer à equipe revisora de especialistas os dados e as informações necessários para a avaliação da conformidade com as

Diretrizes do IPCC conforme detalhadas pela orientação de boas práticas do IPCC e qualquer orientação de boas práticas adotada pela COP/MOP, a equipe revisora de especialistas deve supor que a estimativa não foi elaborada de acordo com as Diretrizes do IPCC conforme detalhadas pela orientação de boas práticas do IPCC e qualquer outra orientação de boas práticas adotada pela COP/MOP.

C. Checagens iniciais dos inventários anuais

1. Escopo da revisão

59. A equipe revisora de especialistas deve conduzir uma checagem inicial como uma revisão centralizada ou de escritório para examinar que cada Parte incluída no Anexo I submeteu um inventário anual consistente, completo e tempestivo, incluindo o relatório do inventário nacional e o formato comum de relatório, e que os dados contidos no formato comum de relatório estão completos, por meio de análise e checagens computadorizadas, e no formato correto que permita a realização dos estágios seguintes da revisão.

60. A checagem inicial deve identificar se:

(a) A submissão está completa e se as informações foram fornecidas no formato correto de acordo com as diretrizes de relato para os inventários anuais;

(b) Todas as fontes, os sumidouros e gases incluídos nas Diretrizes do IPCC e em qualquer boa prática adotada pela COP/MOP foram relatados;

(c) Quaisquer lacunas foram explicadas com o uso de notas, tais como NE (não estimado) e NA (não se aplica), no formato comum de relatório e se há o uso freqüente dessas notas;

(d) As metodologias estão documentadas com notas no formato comum de relatório;

(e) As estimativas para as emissões de dióxido de carbono (CO₂) da combustão de combustíveis fósseis foram relatadas usando a abordagem de referência do IPCC, adicionalmente às estimativas derivadas com o uso dos métodos nacionais;

(f) As estimativas para emissões de hidrofluorcarbonos, perfluorcarbonos e hexafluoreto de enxofre foram relatadas por composto químico individual;

(g) Uma Parte incluída no Anexo I que não submeteu um inventário anual ou o relatório do inventário nacional ou o formato comum de relatório até a data em que são devidos, ou no prazo de seis semanas após a data em que são devidos;

(h) Uma Parte incluída no Anexo I não incluiu uma estimativa para uma categoria de fonte (conforme definido no capítulo 7 da orientação de boas práticas do IPCC) que individualmente contabilizou 7 por cento ou mais das emissões agregadas da Parte, definidas como emissões submetidas agregadas dos gases e das fontes listados no

Anexo A do Protocolo de Quioto, no mais recente dos inventários revisados da Parte em que a fonte foi estimada.

(i) Uma Parte incluída no Anexo I não forneceu as informações suplementares de acordo com os parágrafos 5 a 9 do anexo à decisão -/CMP.1 (*Artigo 7*).

2. Prazos⁸

61. A checagem inicial para cada Parte incluída no Anexo I deve ser realizada e um relatório preliminar da situação deve ser concluído no prazo de quatro semanas a partir da data de submissão do inventário anual e enviado à Parte para comentários. Um atraso na elaboração do relatório preliminar da situação não deve reduzir o tempo disponível para a Parte envolvida comentar o relatório preliminar da situação. O secretariado deve notificar imediatamente a Parte envolvida sobre as omissões ou os problemas no formato técnico identificados na checagem inicial.

62. Quaisquer informações, correções, informações adicionais ou comentários sobre o relatório preliminar da situação recebidos da Parte incluída no Anexo I no prazo de seis semanas a partir da data em que a submissão é devida devem estar sujeitos a uma checagem inicial e devem ser cobertos no relatório final da situação. Um atraso na submissão do inventário anual reduz o tempo disponível para a Parte envolvida comentar o relatório preliminar da situação.

63. O relatório da situação da checagem inicial para cada Parte incluída no Anexo I deve ser finalizado no prazo de dez semanas a partir da data em que a submissão é devida para ser usado na revisão individual do inventário.

3. Relato

64. O relatório da situação deve conter:

(a) A data de recebimento da submissão do inventário pelo secretariado;

(b) Uma indicação se o inventário anual, incluindo o relatório do inventário nacional e o formato comum de relatório, foi submetido;

(c) Uma indicação se falta alguma categoria de fonte ou algum gás de uma categoria de fonte e, caso positivo, uma indicação da magnitude das possíveis emissões dessa categoria de fonte ou gás, se possível em relação ao último inventário cuja revisão tenha sido concluída;

(d) Identificação de quaisquer problemas do inventário de acordo com as categorias listadas nos parágrafos 60 (g) a (i) acima.

D. Revisões individuais de inventário

1. Escopo da revisão

⁸ Para a revisão inicial, os prazos para a checagem inicial podem servir como uma indicação.

65. A equipe revisora de especialistas deve, *inter alia*:

(a) Examinar a aplicação dos requisitos das Diretrizes do IPCC, conforme detalhadas pela orientação de boas práticas do IPCC adotada pela COP/MOP e as diretrizes de relato sobre os inventários anuais e as decisões pertinentes da COP/MOP, e identificar qualquer desvio desses requisitos;

(b) Examinar a aplicação dos requisitos de relato da seção I.D das diretrizes para a elaboração das informações requisitadas no âmbito do Artigo 7;

(c) Examinar se a orientação de boas práticas do IPCC e qualquer outra orientação de boas práticas adotada pela COP/MOP foram aplicadas e documentadas, em particular observando a identificação das categorias de fontes principais, seleção e uso de metodologias e suposições, desenvolvimento e seleção de fatores de emissão, coleta e seleção de dados de atividade, relato de séries temporais consistentes, relato de incertezas relacionadas com as estimativas do inventário e metodologias usadas para estimar essas incertezas e identificar quaisquer inconsistências;

(d) Comparar as estimativas de emissões ou remoções, dados de atividade, fatores de emissão implícitos e quaisquer recálculos com dados das submissões anteriores da Parte incluída no Anexo I para identificar quaisquer irregularidades ou inconsistências;

(e) Comparar os dados de atividade da Parte incluída no Anexo I com fontes externas abalizadas, se viável, e identificar as fontes em que haja diferenças significativas;

(f) Avaliar a consistência das informações no formato comum de relatório com as do relatório do inventário nacional;

(g) Avaliar em que medida as questões e as perguntas levantadas pelas equipes revisoras de especialistas em relatórios anteriores foram abordadas e solucionadas;

(h) Recomendar possíveis maneiras de melhorar a estimativa e o relato das informações do inventário.

66. A equipe revisora de especialistas pode usar as informações técnicas relevantes no processo de revisão, tais como informações das organizações internacionais.

67. O secretariado deve, sob a direção da equipe revisora de especialistas, conduzir um conjunto padronizado de comparações dos dados a ser realizado sobre as submissões eletrônicas do formato comum de relatório a ser usado no processo de revisão.

2. Identificação de problemas

68. A revisão individual do inventário deve identificar quaisquer problemas para os quais ajustes no âmbito do Artigo 5, parágrafo 2, seriam apropriados e iniciar procedimentos para o cálculo dos ajustes.

69. Os problemas devem ser identificados como a não-aplicação das diretrizes acordadas no âmbito do Artigo 5, parágrafo 2, na elaboração dos inventários de gases de

efeito estufa, a não-aplicação da seção I das diretrizes para a elaboração das informações requisitadas no âmbito do Artigo 7 e a não-aplicação das metodologias acordadas para estimar e relatar as atividades no âmbito do Artigo 3, parágrafos 3 e 4, conforme adotadas pela COP/MOP. Esses problemas podem ser subdivididos, ainda, em problemas de:

(a) Transparência, conforme definido nas diretrizes de relato da CQNUMC sobre os inventários anuais,⁹ incluindo:

- (i) Documentação e descrição inadequadas das metodologias, das suposições e dos recálculos;
- (ii) Não-desagregação dos dados nacionais de atividade, fatores de emissão e outros fatores usados nos métodos nacionais no nível requisitado, a menos que exista uma questão de confidencialidade;
- (iii) Não-fornecimento de justificativas para os recálculos, referências e fontes de informações para os fatores e dados principais;

(b) Consistência, conforme definido nas diretrizes de relato da CQNUMC sobre os inventários anuais, incluindo o não-fornecimento de séries temporais consistentes de acordo com a orientação de boas práticas do IPCC;

(c) Comparabilidade, conforme definido nas diretrizes de relato da CQNUMC sobre os inventários anuais, incluindo a não-utilização dos formatos de relatório acordados;

(d) Totalidade, conforme definido nas diretrizes de relato da CQNUMC sobre os inventários anuais, incluindo:

- (i) Lacunas nas estimativas do inventário para categorias de fontes ou gases;
- (ii) Dados de inventário que não fornecem uma cobertura geográfica completa das fontes e dos sumidouros de uma Parte incluída no Anexo I;
- (iii) Não-fornecimento de cobertura completa das fontes em uma categoria de fonte;

(e) Acurácia, conforme definido nas diretrizes de relato da CQNUMC sobre os inventários anuais, incluindo o não-fornecimento de estimativas da incerteza e o não-tratamento da incerteza por meio da aplicação da orientação de boas práticas.

70. A equipe revisora de especialistas deve calcular:

(a) A percentagem em que as emissões agregadas ajustadas de gases de efeito estufa para uma Parte incluída no Anexo I excedem as emissões submetidas agregadas,

⁹ Diretrizes para a elaboração das comunicações nacionais pelas Partes incluídas no Anexo I da Convenção, Parte I: diretrizes de relato da CQNUMC sobre os inventários anuais (documento FCCC/CP/1999/7) ou qualquer revisão subsequente destas diretrizes pela COP.

definidas como as emissões submetidas agregadas dos gases e das fontes listados no Anexo A do Protocolo de Quioto, para qualquer ano;

(b) A soma dos valores numéricos das percentagens calculadas no subparágrafo (a) acima para todos os anos do período de compromisso para os quais a revisão tenha sido conduzida.

71. A equipe revisora de especialistas deve identificar se a mesma categoria de fonte principal conforme definido no capítulo 7 da orientação de boas práticas do IPCC foi ajustada nas revisões anteriores e, caso positivo, a equipe deve indicar o número de revisões que identificaram e ajustaram o problema anteriormente e a percentagem com que a categoria de fonte principal contribui para as emissões submetidas agregadas, definidas como as emissões submetidas agregadas dos gases e das fontes listados no Anexo A do Protocolo de Quioto.

3. Prazos

72. A revisão individual do inventário, inclusive os procedimentos de ajuste, deve ser concluída no prazo de um ano a partir da data em que a submissão das informações a serem relatadas no âmbito do Artigo 7, parágrafo 1, é devida.

73. A equipe revisora de especialistas deve listar todos os problemas identificados, indicando quais necessitariam de um ajuste e enviar essa lista à Parte incluída no Anexo I no mais tardar em vinte e cinco semanas após a data em que a submissão do inventário anual é devida, caso o inventário tenha sido submetido pelo menos seis semanas após a data em que a submissão é devida.

74. A Parte incluída no Anexo I deve comentar essas questões no prazo de seis semanas e, quando requisitado pela equipe revisora, pode fornecer estimativas revisadas.

75. A equipe revisora de especialistas deve elaborar um relatório preliminar individual de revisão do inventário, que contenha, conforme o caso, estimativas ajustadas calculadas de acordo com a orientação no âmbito do Artigo 5, parágrafo 2, no prazo de oito semanas a partir do recebimento dos comentários sobre as questões levantadas e deve enviar o relatório preliminar à Parte envolvida.

76. À Parte incluída no Anexo I devem ser concedidas quatro semanas para comentar o relatório preliminar individual de revisão do inventário e, conforme o caso, informar se aceita ou rejeita os ajustes.

77. A equipe revisora de especialistas deve elaborar um relatório final individual de revisão do inventário no prazo de quatro semanas a partir do recebimento dos comentários sobre o relatório preliminar.

78. Se uma Parte incluída no Anexo I, durante os procedimentos acima, conseguir comentar antes dos prazos dados acima, a Parte envolvida pode usar o tempo economizado para comentar o relatório final revisado. Um total de quatro semanas adicionais para comentar poderá ser concedido às Partes incluídas no Anexo I cujo idioma nacional não seja um dos idiomas oficiais das Nações Unidas.

4. Procedimentos para os ajustes no âmbito do Artigo 5, parágrafo 2

79. Os ajustes mencionados no Artigo 5, parágrafo 2, do Protocolo de Quioto devem ser aplicados apenas quando os dados de inventário submetidos pelas Partes incluídas no Anexo I forem considerados incompletos e/ou tiverem sido elaborados de uma forma não consistente com as Diretrizes do IPCC conforme detalhadas pela orientação de boas práticas do IPCC e qualquer orientação de boas práticas adotada pela COP/MOP.

80. O procedimento para o cálculo dos ajustes deve ser o seguinte:

(a) Durante a revisão individual do inventário, a equipe revisora de especialistas deve identificar os problemas para os quais se aplicam os critérios na orientação para ajustes no âmbito do Artigo 5, parágrafo 2. A equipe revisora de especialistas deve notificar oficialmente a Parte incluída no Anexo I sobre a razão pela qual um ajuste é considerado necessário e prestar assessoramento sobre como o problema pode ser corrigido;

(b) O procedimento de ajuste só deve começar depois que a Parte incluída no Anexo I tiver tido oportunidades de corrigir o problema e a equipe revisora de especialistas concluir que a Parte incluída no Anexo I não corrigiu o problema de forma adequada fornecendo uma estimativa revisada aceitável, de acordo com os prazos estabelecidos nos parágrafos 73 a 78 acima;

(c) A equipe revisora de especialistas deve calcular os ajustes de acordo com qualquer orientação no âmbito do Artigo 5, parágrafo 2, adotada pela COP/MOP, em consulta com a Parte envolvida e dentro do prazo estabelecido nestas diretrizes;¹⁰

(d) A equipe revisora de especialistas deve notificar oficialmente a Parte envolvida sobre o(s) ajuste(s) calculado(s) no prazo estabelecido nestas diretrizes. Essa notificação deve descrever as suposições, os dados e as metodologias usados para calcular o(s) ajuste(s), bem como o valor do(s) ajuste(s);

(e) No prazo estabelecido nestas diretrizes, a Parte envolvida deve notificar o secretariado de sua intenção de aceitar ou rejeitar o(s) ajuste(s), com as devidas justificativas. Caso não responda até essa data, o(s) ajuste(s) serão dados como aceitos, conforme o seguinte:

(i) Se a Parte envolvida aceitar o(s) ajuste(s), o(s) ajuste(s) deve(m) ser usado(s) com o fim de compilação e contabilização dos inventários de emissões e quantidades atribuídas;

(ii) Se a Parte envolvida não concordar com o(s) ajuste(s) proposto(s), deve enviar uma notificação à equipe revisora de especialistas, com suas justificativas, e a equipe revisora de especialistas deve enviar a notificação junto com a sua recomendação no relatório final à COP/MOP e ao Comitê

¹⁰ Arranjos especiais na composição das equipes revisoras de especialistas podem ser necessários no caso de um ajuste precisar ser calculado.

de Cumprimento, que resolverão o desacordo segundo os procedimentos e mecanismos sobre cumprimento.

81. Uma Parte incluída no Anexo I pode submeter uma estimativa revisada para uma parte de seu inventário referente a um ano do período de compromisso para a qual um ajuste tenha sido aplicado anteriormente, desde que a estimativa revisada seja submetida, no mais tardar, junto com o inventário para o ano de 2012.

82. Sujeita a uma revisão no âmbito do Artigo 8 e à aceitação da estimativa revisada pela equipe revisora de especialistas, a estimativa revisada deve substituir a estimativa ajustada. No caso de desacordo entre a Parte incluída no Anexo I e a equipe revisora de especialistas sobre a estimativa revisada, o procedimento estabelecido no parágrafo 80 (e) (ii) acima deve ser seguido. A opção de uma Parte incluída no Anexo I de submeter uma estimativa revisada para uma parte de seu inventário para a qual um ajuste tenha sido aplicado anteriormente não deve impedir que as Partes incluídas no Anexo I esforcem-se ao máximo para corrigir o problema no momento em que tenha sido inicialmente identificado e de acordo com o cronograma estabelecido nas diretrizes para revisão no âmbito do Artigo 8.

5. Relato

83. Os seguintes elementos específicos devem ser incluídos nos relatórios mencionados nos parágrafos 46 (a) e (b) acima:

(a) Um resumo dos resultados da revisão do inventário, inclusive uma descrição das tendências das emissões, fontes principais e metodologias e uma avaliação geral do inventário;

(b) Identificação de quaisquer problemas do inventário de acordo com as categorias listadas no parágrafo 69 acima e uma descrição dos fatores que influenciam o atendimento das obrigações relativas ao inventário da Parte incluída no Anexo I;

(c) Informações sobre os ajustes, se for o caso, inclusive, *inter alia*:

(i) A estimativa original, se for o caso;

(ii) O problema subjacente;

(iii) A estimativa ajustada;

(iv) A justificativa para o ajuste;

(v) As suposições, os dados e a metodologia usados para calcular o ajuste;

(vi) Uma descrição de como o ajuste é conservador;

(vii) A identificação pela equipe revisora de especialistas de possíveis maneiras para que a Parte incluída no Anexo I possa tratar do problema subjacente;

- (viii) A magnitude dos valores numéricos relacionados com um problema ajustado conforme identificado no âmbito do parágrafo 70 acima;
- (ix) A recorrência dos ajustes conforme identificado no âmbito do parágrafo 71 acima;
- (x) Uma indicação sobre se o ajuste foi acordado pela Parte incluída no Anexo I e a equipe revisora de especialistas.

**PARTE III: REVISÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE QUANTIDADES
ATRIBUÍDAS EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 3, PARÁGRAFOS 7 e
8, UNIDADES DE REDUÇÃO DE EMISSÃO, REDUÇÕES CERTIFICADAS DE
EMISSÃO, UNIDADES DE QUANTIDADE ATRIBUÍDA E UNIDADES DE
REMOÇÃO**

[Texto a ser incorporado de acordo com o parágrafo 13 da decisão 23/CP.7]

PARTE IV: REVISÃO DOS SISTEMAS NACIONAIS

A. Propósito

84. O propósito da revisão dos sistemas nacionais é:

(a) Fornecer uma avaliação técnica completa e abrangente da capacidade de um sistema nacional e da adequação de seus arranjos institucionais, jurídicos e de procedimento para produzir um inventário das emissões antrópicas por fontes e remoções antrópicas por sumidouros em conformidade com o Artigo 5, parágrafo 2;

(b) Avaliar em que medida as diretrizes para os sistemas nacionais no âmbito do Artigo 5, parágrafo 1, foram atendidas e assistir as Partes incluídas no Anexo I no atendimento de seus compromissos no âmbito do Artigo 5, parágrafo 1;

(c) Fornecer à COP/MOP e ao Comitê de Cumprimento informações confiáveis sobre os sistemas nacionais estabelecidos no âmbito do Artigo 5, parágrafo 1.

B. Procedimentos gerais

85. A revisão dos sistemas nacionais deve realizar-se em duas partes:

(a) Uma revisão completa do sistema nacional, como parte da revisão anterior ao período de compromisso e de sua visita ao país;

(b) Uma revisão centralizada ou de escritório de quaisquer mudanças relatadas no sistema nacional e que o foram desde a primeira revisão completa, conduzida concomitantemente com a revisão anual do inventário.

86. A revisão dos sistemas nacionais deve ser conduzida, conforme o caso, por meio de entrevistas com o pessoal envolvido no planejamento, na elaboração e no gerenciamento do inventário, e por meio de um exame dos registros e da documentação pertinentes, incluindo o uso do formato comum de relatório do inventário e a elaboração do relatório do inventário nacional.

87. Com base em quaisquer conclusões durante a revisão individual do inventário e nas conclusões relacionadas com as mudanças relatadas nos sistemas nacionais consideradas pela equipe revisora de especialistas potencialmente significativas em relação a um problema identificado no inventário da Parte incluída no Anexo I, a equipe revisora de especialistas pode requisitar uma visita adicional ao país para revisar os

componentes pertinentes do sistema nacional concomitantemente com uma revisão do inventário no país.

C. Escopo da revisão

1. Revisão no país

88. A equipe revisora de especialistas deve conduzir uma revisão completa e abrangente do sistema nacional de cada Parte incluída no Anexo I. A revisão dos sistemas nacionais deve cobrir:

(a) As atividades realizadas pela Parte incluída no Anexo I para implementar as funções gerais descritas no parágrafo 10 das diretrizes para os sistemas nacionais, bem como o seu desempenho dessas atividades,¹¹ e as funções específicas relacionadas com o planejamento, a elaboração e o gerenciamento do inventário de acordo com os parágrafos 12 a 17 destas diretrizes;

(b) Informações relatadas e arquivadas sobre os sistemas nacionais de acordo com as diretrizes no âmbito do Artigo 5, parágrafo 1, e do Artigo 7, inclusive planos e documentação interna relacionados com as funções mencionadas no subparágrafo (a) acima.

2. Revisão das mudanças nos sistemas nacionais

89. Quaisquer mudanças significativas nas funções dos sistemas nacionais relatadas pelas Partes incluídas no Anexo I ou identificadas pela equipe revisora de especialistas durante a visita ao país que possam afetar a elaboração dos inventários de gases de efeito estufa em conformidade com o Artigo 5, parágrafo 2, e as diretrizes para os sistemas nacionais devem ser revisadas anualmente concomitantemente com a revisão anual do inventário. O escopo de tal revisão deve seguir o escopo estabelecido para a revisão no país de acordo com o parágrafo 88 acima.

3. Identificação de problemas

90. A equipe revisora de especialistas deve avaliar se a Parte incluída no Anexo I estabeleceu e manteve os componentes específicos de planejamento do inventário cobertos no parágrafo 12 das diretrizes para os sistemas nacionais, com base em uma revisão das informações fornecidas sobre o sistema nacional no âmbito do Artigo 7 e quaisquer informações adicionais coletadas.

91. A equipe revisora de especialistas deve avaliar se a Parte incluída no Anexo I concluiu os componentes de elaboração do inventário cobertos no parágrafo 14 (a) e (d) das diretrizes para os sistemas nacionais, com base na revisão das informações fornecidas sobre o sistema nacional no âmbito do Artigo 7 e quaisquer informações adicionais coletadas.

¹¹ As diretrizes para os sistemas nacionais para a estimativa das emissões antrópicas de gases de efeito estufa por fontes e remoções antrópicas por sumidouros no âmbito do Artigo 5, parágrafo 1, do Protocolo de Quioto conforme mencionado nas “diretrizes para os sistemas nacionais” no presente anexo. O texto completo das diretrizes pode ser encontrado em anexo à decisão 20/CP.7.

92. A equipe revisora de especialistas deve avaliar se os componentes de elaboração do inventário cobertos no parágrafo 14 (c), (e) e (g) das diretrizes para os sistemas nacionais estão funcionando de forma adequada, com base em uma avaliação do inventário anual mais recente, sua consistência com as boas práticas e quaisquer informações adicionais coletadas.

93. A equipe revisora de especialistas deve avaliar se a Parte incluída no Anexo I arquivou as informações do inventário de acordo com as disposições dos parágrafos 16 e 17 das diretrizes para os sistemas nacionais como parte do gerenciamento do seu inventário. A equipe revisora de especialistas deve avaliar se o arquivamento está funcionando de maneira adequada com base em uma avaliação da:

(a) Totalidade das informações arquivadas para uma amostra de categorias de fontes conforme escolhido pela equipe revisora de especialistas, inclusive categorias de fontes principais, conforme definido de acordo com as diretrizes de boas práticas do IPCC;

(b) A capacidade da Parte incluída no Anexo I de responder de forma tempestiva às requisições para esclarecer as informações do inventário resultantes dos diferentes estágios do processo de revisão do inventário mais recente.

94. Com base na avaliação realizada de acordo com os parágrafos 90 a 93 acima, as equipes revisoras de especialistas devem identificar quaisquer problemas potenciais e fatores que influenciem o atendimento dos compromissos relacionados com as funções dos sistemas nacionais de acordo com os parágrafos 10, 12, 14 e 16 das diretrizes para os sistemas nacionais. Ademais, as equipes revisoras de especialistas devem recomendar como as deficiências das funções descritas nos parágrafos 13, 15 e 17 das diretrizes para os sistemas nacionais podem ser melhoradas. Essas disposições devem aplicar-se tanto às revisões no país quanto às revisões das mudanças nos sistemas nacionais.

D. Prazos

95. Durante o processo de visita ao país, a equipe revisora de especialistas deve listar todos os problemas identificados e notificar a Parte incluída no Anexo I no prazo de até seis semanas após a visita ao país sobre os problemas identificados. A Parte incluída no Anexo I deve comentar esses problemas no prazo de até seis semanas. A equipe revisora de especialistas deve elaborar uma versão preliminar de um relatório de revisão sobre o sistema nacional, no prazo de até seis semanas a partir do recebimento dos comentários sobre as questões levantadas. Quaisquer correções, informações adicionais ou comentários sobre o relatório preliminar recebidos da Parte incluída no Anexo I no prazo de quatro semanas após o relatório ter sido enviado à Parte incluída no Anexo I devem estar sujeitos a revisão e devem ser incluídos no relatório final de revisão do inventário. A equipe revisora de especialistas deve elaborar um relatório final sobre a revisão do sistema nacional, no prazo de quatro semanas a partir do recebimento dos comentários sobre o relatório preliminar. A revisão dos sistemas nacionais deve ser concluída no prazo de um ano a partir da data de submissão das informações.

96. O processo de revisão das mudanças nos sistemas nacionais deve seguir o cronograma para a revisão dos inventários anuais definido na Parte II destas diretrizes.

Caso a revisão anual do inventário ou a revisão das mudanças nos sistemas nacionais recomendem uma revisão aprofundada dos sistemas nacionais, o processo de revisão do inventário dos sistemas nacionais deve ser conduzido juntamente com a seguinte revisão no país do inventário anual ou da comunicação nacional periódica, o que for anterior.

E. Relato

97. Os seguintes elementos específicos devem ser incluídos nos relatórios mencionados no parágrafo 46 (a) e (b) acima:

(a) Uma avaliação da organização geral do sistema nacional, incluindo uma discussão da eficácia e confiabilidade dos arranjos institucionais, jurídicos e de procedimento para estimar as emissões de gases de efeito estufa;

(b) Uma avaliação técnica do desempenho de cada uma das funções do sistema nacional definidas nos parágrafos 10 a 17 das diretrizes para os sistemas nacionais, inclusive uma avaliação dos pontos fortes e fracos do sistema;

(c) Quaisquer recomendações da equipe revisora para melhorar ainda mais o sistema nacional da Parte incluída no Anexo I.

PARTE V: REVISÃO DOS REGISTROS NACIONAIS

[Texto a ser incorporado de acordo com o parágrafo 13, decisão 23/CP.7]

PARTE VI: REVISÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE A MINIMIZAÇÃO DOS IMPACTOS ADVERSOS DE ACORDO COM O ARTIGO 3, PARÁGRAFO 14

A. Propósito

98. O propósito da revisão das informações de cada Parte incluída no Anexo I em relação ao Artigo 3, parágrafo 14, é:

(a) Fornecer uma avaliação técnica completa, objetiva e abrangente das informações submetidas sobre como a Parte incluída no Anexo I está se empenhando para implementar seus compromissos no âmbito do Artigo 3, parágrafo 14;

(b) Avaliar as tendências e a medida em que a Parte incluída no Anexo I está se empenhando para implementar ações para minimizar os impactos adversos nos países em desenvolvimento de acordo com o Artigo 3, parágrafo 14, e levando em conta quaisquer decisões pertinentes da COP e da COP/MOP;

(c) Assistir as Partes incluídas no Anexo I a melhorar o relato de informações no âmbito do Artigo 3, parágrafo 14;

(d) Assegurar que a COP/MOP e o Comitê de Cumprimento tenham informações confiáveis sobre a revisão da minimização dos impactos adversos de acordo com o Artigo 3, parágrafo 14.

B. Procedimentos gerais

99. A revisão das informações sobre a minimização dos impactos adversos de acordo com o Artigo 3, parágrafo 14, deve realizar-se em duas partes:

(a) Uma revisão anual centralizada ou de escritório das informações adicionais submetidas pelas Partes incluídas no Anexo I, conduzida concomitantemente com a revisão anual do inventário;

(b) Uma revisão completa e abrangente por meio de visitas ao país, conduzida concomitantemente com a revisão das comunicações nacionais.

C. Escopo da revisão

1. Revisão anual

100. A equipe revisora de especialistas deve, *inter alia*:

(a) Checar se a Parte incluída no Anexo I submeteu as informações suplementares de acordo com os parágrafos 12 e 14 do anexo à decisão -/CMP.1 (*Artigo 7*) sobre ações relacionadas com a minimização dos efeitos adversos no âmbito do Artigo 3, parágrafo 14;

(b) Para o primeiro ano em que a Parte incluída no Anexo I forneça as informações mencionadas no subparágrafo (a) acima, conduzir uma revisão centralizada ou de escritório para avaliar se cada Parte incluída no Anexo I submeteu informações consistentes, completas e tempestivas. Para os anos subsequentes, conduzir uma revisão centralizada ou de escritório para avaliar se as Partes incluídas no Anexo I submeteram informações sobre quaisquer mudanças que ocorreram, em comparação com as informações relatadas na sua última submissão;

(c) Notificar a Parte envolvida sobre quaisquer questões que a equipe tenha a respeito das informações sobre as ações relacionadas com a minimização dos efeitos adversos no âmbito do Artigo 3, parágrafo 14, e das decisões pertinentes da COP e da COP/MOP;

(d) Avaliar em que medida os assuntos e as questões levantadas em relatórios anteriores foram tratados e solucionados;

(e) Recomendar maneiras possíveis de melhorar o relato de informações, inclusive possíveis recomendações ao workshop sobre metodologias de relato mencionado na decisão 9/CP.7.

2. Visita ao país

101. Cada Parte incluída no Anexo I deve estar sujeita a pelo menos uma visita ao país feita por uma equipe revisora de especialistas durante o período de compromisso concomitantemente com a revisão da comunicação nacional.

102. A revisão no país deve fornecer um exame detalhado das informações suplementares incorporadas ao inventário anual, de acordo com os parágrafos 12 e 14 do anexo à decisão -/CMP.1 (*Artigo 7*), compiladas pelo secretariado e revisadas de acordo com o parágrafo 101 acima para todos os anos desde a revisão inicial.

103. Com base na avaliação realizada de acordo com os parágrafos 100 e 101 acima, as equipes revisoras de especialistas devem identificar quaisquer problemas potenciais e fatores que influenciem o atendimento dos compromissos no âmbito do Artigo 3, parágrafo 14, e das decisões pertinentes da COP e da COP/MOP.

3. Identificação de problemas

104. Os problemas identificados durante a avaliação relacionada com as informações suplementares relatadas de acordo com os parágrafos 12 e 14 do anexo à decisão -/CMP.1 (*Artigo 7*) devem ser identificados em relação a:

- (a) Transparência;
- (b) Totalidade;
- (c) Tempestividade.

105. A não-submissão das informações suplementares relatadas de acordo com os parágrafos 12 e 14 do anexo à decisão -/CMP.1 (*Artigo 7*) deve ser considerada um problema potencial.

D. Prazos

106. O processo da revisão no país deve seguir o cronograma para a revisão da comunicação nacional da Parte incluída no Anexo I definido na parte VII destas diretrizes. O processo de revisão anual deve seguir o cronograma para a revisão dos inventários anuais definido na parte II destas diretrizes. A elaboração dos relatórios também deve seguir esses respectivos cronogramas.

E. Relato

107. Os seguintes elementos específicos devem ser incluídos no relatório mencionado no parágrafo 46 (a) e (b) acima:

- (a) Uma avaliação técnica dos elementos especificados nos parágrafos 100 e 102 acima;
- (b) Uma identificação de problemas de acordo com os parágrafos 104 e 105 acima;

(c) Quaisquer recomendações da equipe revisora para melhorar ainda mais o relato por uma Parte incluída no Anexo I.

PARTE VII: REVISÃO DAS COMUNICAÇÕES NACIONAIS E INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS COMPROMISSOS NO ÂMBITO DO PROTOCOLO DE QUIOTO

A. Propósito

108. O propósito das diretrizes sobre a revisão das comunicações nacionais das Partes incluídas no Anexo I, inclusive as informações relatadas no âmbito do Artigo 7, parágrafo 2, é:

(a) Fornecer uma avaliação técnica completa e abrangente das comunicações nacionais e informações relatadas no âmbito do Artigo 7, parágrafo 2, do Protocolo de Quioto;

(b) Examinar de maneira objetiva e transparente se as informações quantitativas e qualitativas foram submetidas pelas Partes incluídas no Anexo I de acordo com a seção II das diretrizes para a elaboração das informações requisitadas no âmbito do Artigo 7 do Protocolo de Quioto;

(c) Promover consistência na revisão das informações contidas nas comunicações nacionais das Partes incluídas no Anexo I, inclusive informações relatadas no âmbito do Artigo 7, parágrafo 2;

(d) Assistir as Partes incluídas no Anexo I a melhorar o relato de informações no âmbito do Artigo 7, parágrafo 2, e a implementação de seus compromissos no âmbito do Protocolo;

(e) Assegurar que a COP/MOP e o Comitê de Cumprimento disponham de informações confiáveis sobre a implementação dos compromissos no âmbito do Protocolo de Quioto por cada Parte incluída no Anexo I.

B. Procedimentos gerais

109. As informações suplementares no âmbito do Artigo 7, parágrafo 2, devem ser incorporadas às comunicações nacionais e devem ser revisadas como parte da revisão das comunicações. Cada comunicação nacional submetida no âmbito do Protocolo de Quioto por uma Parte incluída no Anexo I deve estar sujeita a uma revisão periódica programada no país.

110. Antes da visita ao país, a equipe revisora de especialistas deve conduzir uma revisão centralizada ou de escritório da comunicação nacional da Parte incluída no Anexo I. A equipe revisora deve notificar a Parte envolvida sobre quaisquer questões que a equipe tenha acerca da comunicação nacional e sobre quaisquer áreas focais para a visita ao país.

C. Escopo da revisão

111. A revisão da comunicação nacional também deve cobrir as informações suplementares relatadas no âmbito do Artigo 7, parágrafo 2.

112. A revisão individual deve:

(a) Fornecer uma avaliação da totalidade da comunicação nacional, inclusive informações suplementares relatadas no âmbito do Artigo 7, parágrafo 2, de acordo com os requisitos de relato no âmbito do Artigo 7, parágrafo 2, e uma indicação sobre se ela foi submetida no prazo;

(b) Fornecer um exame detalhado de cada parte da comunicação nacional, bem como dos procedimentos e das metodologias usados na elaboração das informações, tais como:

- (i) Circunstâncias nacionais relevantes para as emissões e remoções de gases de efeito estufa;
- (ii) Políticas e medidas;
- (iii) Projeções e o efeito total das políticas e medidas;
- (iv) Avaliação de vulnerabilidade, impactos da mudança do clima e medidas de adaptação;
- (v) Recursos financeiros;
- (vi) Transferência de tecnologia;
- (vii) Pesquisa e a observação sistemática;¹²
- (viii) Educação, treinamento e conscientização pública;

(c) Fornecer um exame detalhado das informações suplementares fornecidas no âmbito do Artigo 7, parágrafo 2:

- (i) Suplementaridade relacionada com os mecanismos em conformidade com os Artigos 6, 12 e 17;
- (ii) Políticas e medidas de acordo com o Artigo 2;
- (iii) Programas domésticos e regionais e/ou arranjos legislativos e procedimentos coercitivos e administrativos;
- (iv) Informações no âmbito do Artigo 10;
- (v) Recursos financeiros;

¹² As informações fornecidas no âmbito deste tópico incluem um resumo das informações fornecidas sobre sistemas de observação do clima global.

(d) Identificar quaisquer problemas potenciais e fatores que influenciem o atendimento dos compromissos relacionados com cada parte da comunicação nacional e com o relato das informações suplementares no âmbito do Artigo 7, parágrafo 2.

113. Todos os elementos comuns no parágrafo 112 (b) e (c) acima devem ser revisados em conjunto.

Identificação de problemas

114. Os problemas identificados durante a avaliação relacionada com as seções individuais da comunicação nacional, inclusive as informações suplementares relatadas no âmbito do Artigo 7, parágrafo 2, devem ser identificados em relação a:

- (a) Transparência;
- (b) Totalidade;
- (c) Tempestividade.

115. A não-submissão de qualquer seção da comunicação nacional deve ser considerada um problema potencial.

D. Prazos

116. Caso uma Parte incluída no Anexo I preveja dificuldades com a tempestividade na submissão de sua comunicação nacional, ela deve informar ao secretariado a respeito antes da data em que a submissão é devida. Se a comunicação nacional não for submetida no prazo de seis semanas após a data em que a submissão é devida, o atraso deve ser levado à atenção da COP/MOP e do Comitê de Cumprimento e tornado público.

117. As equipes revisoras de especialistas devem esforçar-se ao máximo para completar a revisão individual das comunicações nacionais no prazo de dois anos a partir da submissão da comunicação nacional para cada Parte incluída no Anexo I.

118. Se informações adicionais forem requisitadas durante a visita ao país, elas devem ser fornecidas pela Parte incluída no Anexo I no prazo de seis semanas após a visita.

119. A equipe revisora de especialistas para cada Parte incluída no Anexo I deve, sob sua responsabilidade coletiva, produzir uma versão preliminar do relatório de revisão da comunicação nacional seguindo o formato abaixo a ser finalizada no prazo de oito semanas após a visita ao país.

120. A versão preliminar de cada relatório de revisão da comunicação nacional será enviada à Parte incluída no Anexo I sujeita a revisão para comentários. À Parte envolvida devem ser concedidas quatro semanas a partir do recebimento do relatório preliminar para fornecer seus comentários sobre ele.

121. A equipe revisora de especialistas deve produzir o relatório finalizado de revisão da comunicação nacional levando em conta os comentários da Parte incluída no Anexo I no prazo de quatro semanas a partir do recebimento dos comentários.

E. Relato

122. Os seguintes elementos específicos devem ser incluídos no relatório mencionado no parágrafo 46 (c) acima:

(a) Uma avaliação técnica dos elementos especificados no parágrafo 112 (b) e (c) acima;

(b) Uma identificação dos problemas de acordo com os parágrafos 114 e 115 acima.

123. O secretariado deve produzir um relatório sobre a compilação e síntese das comunicações nacionais para todas as Partes incluídas no Anexo I de acordo com as decisões da COP/MOP.